

# diagnóstico dos cursos de graduação de literatura portuguesa

NAIEF SÁFADY  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Apresentado no II Encontro Nacional de Professores  
Universitários Brasileiros de Literatura Portuguesa em julho  
de 1971.

1. Este diagnóstico constitui-se numa primeira tentativa de aproximação, em âmbito nacional, dos problemas intrínsecos dos cursos de Letras. O estudo das correlações e análise das projeções dos dados obtidos tentou ser rigorosamente exato, na medida em que a pesquisa envolveu oitenta e duas instituições de ensino superior com curso de Letras, com seleção para amostragem superior a 52% do total. Tenho a impressão de que os dados aqui colhidos e analisados, seja por apuração estatística, seja por seleção de depoimentos diretos dos recursos humanos envolvidos na liderança do sistema, podem representar duas coisas: (a) uma contribuição para o desenvolvimento de uma consciência crítica do pessoal envolvido no sistema; (b) um adendo aos inventários que o M. E. C. tem preparado a respeito da situação do ensino superior no País.

2. Os problemas relacionados com o estudo de Literatura Portuguesa, em nível superior, não são diversos dos demais problemas que envolvem a situação global dos cursos de Letras no País: esses cursos representam o custo, senão o mais baixo, dos mais baixos do total da universidade brasileira, o que — infelizmente — ao invés de indicar eficácia operacional, indica, na verdade, desa-

parelhamento, tanto de equipamentos, como de recursos humanos. Na UFMG, por exemplo, para um teto de custo real representado pelo estudante de Medicina — no valor de Cr\$ 9 659,70 —, o aluno de Letras representa um dispêndio de Cr\$ 430,69 (dados deflacionados para o ano-base de 1966, e equivalentes ao valor de 1969). Note-se que para as 18 unidades de ensino da UFMG o custo médio real de manutenção, em 1969, foi de Cr\$ 1 992,26. Em suma: os cursos de Letras custam pouco, porque nêles não se injetam recursos capazes de gerar novas estruturas de produção intelectual e docente. A questão é crônica, e deriva de uma evidente confusão entre o que seja a efetivação de um curso de Letras moderno e a manutenção de uma orgânica defasada no tempo — a do beletismo.

3. Está claro que não se pode desemparelhar o problema histórico do “beletismo” do outro similar, o do “bacharelismo”. Contudo, não é esse o momento para diagnosticar as estruturas envolventes, como, por exemplo, a configuração do *status* que o “beletista” e o “bacharel” conseguem (não conseguem) na atual conjuntura da eleição profissional. Fato irrefutável, contudo, está em que as condições de subemprego que se oferecem ao graduado em Letras estimulam, de um lado, a manutenção estrutural “beletista”, e, de outro, a ausência de investimentos capazes de aprimorar o sistema, sob o argumento de que a estrutura não oferece nem produtividade, nem rentabilidade e nem chega a ser *prioritária* — salvo quando seqüela da área de Educação. Na verdade, aquilo que se poderia definir para Letras como expressão paulatina de uma *capitis deminutio* irreversível, já se está extrapolando, também, para outros setores das Ciências Humanas — particularmente nas subáreas de Sociologia e Psicologia. Fica a alusão a essas evidências apenas a título de lembrete, portanto.

4. O primeiro problema grave que os cursos de Letras oferecem está representado pela política indiscriminada de aumento de vagas, sem que a estrutura recursos humanos/equipamentos sofra qualquer alteração. Claro está que Literatura Portuguesa terá de receber o impacto dos efeitos secundários, segundo apuração deste diagnóstico, como se pode perceber no indicativo seguinte:

Alunos matriculados no *Curso de Letras*, neste semestre: 14 458.

54% dos alunos de cursos de Letras freqüentaram Literatura Portuguesa neste semestre.

RELAÇÃO ALUNO/PROFESSOR: 88 por 1.

Nota-se, portanto, que no que importa na questão da eficácia, a maioria



Os professores não tem condições de arcar com uma estrutura de ensino consentida, onde a relação aluno/professor é igual à apurada. Não é para menos que 70% da população docente entrevistada, através do informe remetido, revelou que uma das dificuldades substanciais do desenvolvimento dos cursos de Literatura Portuguesa residia em seu *desordenado crescimento*.

5. Partindo-se da evidência que um sistema de ensino — orgânicamente concebido — deriva da correlação recursos humanos/equipamento, pôde-se perceber que os resultados não são dos mais animadores, como se verifica nos quadros em seguida organizados. Note-se que quando se “dispõe de consignação orçamentária específica” para execução de determinado programa de Literatura ou Cultura Portuguesas, a disponibilidade vincula-se a um instituto ou centro de estudos portugueses, o mesmo acontecendo com o auxílio eventual originado de Portugal. Sintomático, porém, é o fato de que o percentil do subsídio português é superior à consignação orçamentária específica.

#### RECURSOS MATERIAIS — FUNDOS E SUBSÍDIOS

Eventualmente, recebe auxílio de entidades portuguesas = 8%  
Dispõe de consignação orçamentária específica = 5%  
Não dispõe de consignação orçamentária = 87%

6. A situação do material auxiliar de ensino é mais precária, pois que pouco mais da metade das instituições dispõe de biblioteca, e na época da comunicação audiovisual os recursos existentes são irrisórios.

#### MATERIAL AUXILIAR DE ENSINO

Dispõe de biblioteca especializada = 54%  
Dispõe de recursos audiovisuais = 16%  
Dispõe apenas de material convencional = 84%

7. Os centros e institutos de estudos portugueses representam papel preponderante na aglutinação dos recursos humanos. Sua criação, instalação, oficialização — sua efetiva existência, enfim, é problemática:

APENAS **43%** DAS UNIDADES UNIVERSITÁRIAS DO BRASIL DISPÕEM DE UM CENTRO DE ESTUDOS PORTUGUESES. NEM TODOS SÃO OFICIAIS OU OFICIALIZADOS, O QUE REPRESENTA **34%** DO TOTAL.

Sente-se, de parte dos informantes, a importância que atribuem a esses centros e institutos e aos seminários cíclicos que eventualmente se realizam. E por esses depoimentos, ainda, é possível perceber que duas instituições estão conseguindo polarizar, em âmbito regional, o intercâmbio nacional de professores de Literatura Portuguesa, as de Recife e São Paulo. Note-se que a verificação da polaridade não implica em desprestígio dos outros centros, institutos ou seminários cíclicos e sim na verificação de que, agora, e em âmbito regional, essa polaridade existe e deveria ser acelerada em produtividade total e marginal. Escreve em seu depoimento o Prof. Joel Pontes: “O Seminário de Verão do Recife é uma semana de conferência e debates, a cargo de professores de várias áreas, da nossa e de outras universidades, patrocinada pelo Centro de Estudos Portugueses. Sendo o nosso o mais velho dos centros (fundado com os de São Paulo e Bahia), consegue atrair a atenção de professores de todo o Nordeste. Nunca nos faltam conferencistas de entre Bahia e Ceará. Comitivas de estudantes da Paraíba, Alagoas e Faculdades do interior pernambucano acompanham seus mestres. Para melhor avaliação do que sejam esses seminários, damos a lista de conferencistas de 1970: Hernâni Cidade (sempre temos um ou dois convidados de Portugal), Jordão Emerenciano, Joel Pontes, César Leal, Francisco Baltar, José Brasileiro (Pernambuco), José Newton (Ceará), Juarez Batista (Paraíba), Carlos d’Alge (Ceará) e Hélio Simões (Bahia)”.

8. O Instituto de Estudos Portugueses, da Universidade de São Paulo, é também fator de polarização, especialmente através de seus recursos humanos e de seus recursos instrumentais (biblioteca, sistema de informação e documentalística, cursos de extensão e pós-graduação), o que faz com que fundamental-



mente a quase totalidade do pessoal de ensino superior oficial de Literatura Portuguesa do Estado de São Paulo tenha obtido seus graus acadêmicos de pós-graduação através do mencionado Instituto. Mesmo assim, o Prof. Jorge Cury — de Araraquara (SP) — pede “maior intercâmbio entre o Instituto de Estudos Portugêses, com sede em São Paulo, e as diversas cadeiras de Literatura Portuguesa, do interior”.

9. Esses institutos, centros ou seminários cíclicos — particularmente os sediados em Fortaleza, Recife, Salvador, São Paulo e Pôrto Alegre — no geral contam com pilotis de sustentação, representados por infraestruturas comunitárias portuguesas: conselhos da comunidade portuguesa (ou luso-brasileira), clubes portugueses de feição recreativo-cultural, gabinetes de leitura. Mas é fato também que a simples definição infraestrutural de uma comunidade portuguesa organizada não oferece condições de dinamização do sistema, e a sustentação acima anotada, em alguns casos, reverbera em sua eficácia, dessorando sua participação construtiva. Se essa infraestrutura comunitária pode pesar significativamente num balanço — digamos assim — intermediário, o poder aglutinador deriva muito do prestígio do trabalho intelectual realizado pelas acima mencionadas instituições de cultura portuguesa, como envolvimento dos profissionais de cultura e literatura portuguesas.

10. Reputa-se significativa a estrutura de polarização, e acredita-se que desempenhará vital papel, se investimentos ordenados conseguirem harmonizar os problemas de extensão universitária (divulgação e reciclagem), com os de aperfeiçoamento da estrutura auxiliar de graduação. A pós-graduação coloca-se nesse mecanismo polarizador de maneira própria, definida pelo C. F. E. Mas vale advertir, a pós-graduação em curso credenciado não deve obliterar a existência de pós-graduação em curso não credenciado. A produção desse tipo de curso deveria ser estimulada, especialmente para aqueles graduados, que, sem intenções de acesso aos cargos da carreira acadêmica oficial, revelam interesse na reciclagem propiciada, tanto em cursos de extensão, como em cursos de pós-graduação.

11. A situação atual, pelos informes colhidos, revela uma salutar tendência para definir os cursos de pós-graduação, independentemente do credenciamento, o que se constitui num experimento intermediário entre os sistemas anteriores de titularidade acadêmica e os atuais, regulados pelo C. F. E.

DISCIPLINA LITERATURA PORTUGUESA  
ESPECIALIZAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO: 4

CURSO DE MESTRADO: 4

Credenciado pelo C. F. E.: 1

CURSO DE DOUTORADO: 5

Credenciado pelo C. F. E.: 1

12. Outro fato importante que esse diagnóstico pôde apurar reside na eficácia da anterior estrutura de pós-graduação, particularmente no que tange à criação de pesquisa original e redação de teses doutorais e pós-doutorais. Lembre-se que a “idade média” dos cursos de Letras existentes no País é inferior a 15 anos.

13. Quanto aos recursos humanos envolvidos nos diversos programas de Literatura Portuguesa, percebe-se um razoável equilíbrio na distribuição da titularidade acadêmica (pela nomenclatura oficial federal). Vale lembrar, contudo, que, à exceção das escolas oficiais, o acesso a essa titularidade acadêmica nem sempre se faz por concurso público. De qualquer maneira, os percentis abaixo revelam a efetiva distribuição da responsabilidade *docente*.

Professor titular: 32%

Professor adjunto: 14%

Professor assistente: 28%

Auxiliar de ensino: 26%

14. As relações de rendimento dos cursos constituem aferição complexa, impossível de ser realizada neste estágio do diagnóstico. Contudo, duas variáveis deverão compor o sistema de correlação: a carga horária semanal da disciplina, em cada turma; e a duração curricular de Literatura Portuguesa nos dois tipos básicos de diplomas, em que a mesma entra em termos de obrigatoriedade. Os dois quadros seguintes documentam o resultado apurado para essas variáveis.



LITERATURA PORTUGUESA — CARGA HORÁRIA SEMANAL  
POR TURMA

2 horas:	9%
3 horas:	48%
4 horas:	30%
5 horas:	9%
6 horas:	4%

15. A confirmar a dramática situação da correlação aluno/professor, foi possível verificar que em 80% dos cursos três ou menos professores estão destacados para Literatura Portuguesa. Claro está que nosso interesse reside na apuração específica na disciplina, e não em todo o curso de Letras. De qualquer forma, volta-se a insistir no dado apontado no item 4 deste diagnóstico, para o devido confronto. A situação atual da distribuição pelas unidades dos professores de Literatura Portuguesa é a seguinte:

47%:	1 professor
22%:	2 professores
11%:	3 professores
20%:	MAIS DE 3 professores

DURAÇÃO CURRICULAR DA DISCIPLINA  
NO DIPLOMA "PORTUGUÊS"

Três semestres:	3%
Quatro semestres:	61%
Mais de quatro semestres:	36%

DURAÇÃO CURRICULAR "OUTRAS LÍNGUAS"

Dois semestres:	16%
Mais de dois semestres:	77%
Não tem a disciplina:	7%

16. As questões intrínsecas, relacionadas com os tipos de programas e seu desenvolvimento, foram aferidas a partir de duas perspectivas, que se pretendeu confluentes: (a) os estilos de época que usualmente informavam esses progra-

mas, como aproximação totalizadora; (b) e a estrutura de operação docente, no último semestre letivo (março-junho de 1971). Tomando-se os estilos de época como marcos miliários da aproximação totalizadora, chegou-se ao seguinte resultado:

100%:	REALISMO
100%:	MODERNISMO
97%:	ROMANTISMO
94%:	SIMBOLISMO
90%:	BARROCO
87%:	QUINHENTISMO
87%:	TENDÊNCIAS CONTEMPORÂNEAS
84%:	MEDIEVALISMO
74%:	SURREALISMO
68%:	NEOCLASSICISMO

Contudo, um confronto desses dados, com a estrutura operacional do semestre findo, permitiu precisar melhor o informe, quando se percebeu que os programas envolviam em 60% cursos que estudavam do Trovadorismo-ao-Barroco; 30% de cursos, que tratavam do Trovadorismo-ao-Neoclassicismo; e 70%, que versavam matéria a-partir-do-Romantismo. Note-se que a primeira aproximação (a do quadro acima) demonstrou que a preferência programática absoluta incidia em matéria a-partir-do-Romantismo (de 97% a 100% das opções). Ambas as verificações confirmam que o caminho correto de aproximação com a Literatura Portuguesa, nos cursos superiores, deve ser feito a partir do material mais vivo e mais atual da produção cultural de Portugal.

17. Um outro dado da maior significação reside no fato de que ainda se insiste em programas *exclusivamente historiográficos*, num total de 30%. Isto é, 70% dos programas oferecidos no semestre passado apoiavam-se numa conciliação historiografia, antologia textos integrais, enquanto 30% mantinham apenas programas históricos. As explicações para o fato são diversas, dentre elas, a dificuldade de acesso aos livros. Mas é importante anotá-la.

18. Nos programas que tratam de textos, 40% do material solicitado como de leitura obrigatória origina-se de *antologias* e o restante se constitui de *textos integrais*, preferentemente centrados nos seguintes autores:



1. Camilo Castelo Branco .....	63,6%	dos programas
2. Almeida Garrett, Luís de Camões e Eça de Queirós	54,5%	" "
3. Fernando Pessoa, Gil Vicente, Alexandre Herculano	45,4%	" "
4. Mário de Sá-Carneiro, Miguel Torga .....	27,3%	" "

Esses percentis (acumulados e simultâneos) oferecem um testemunho das preferências neste semestre, sendo que autores como Antero de Quental, Antônio Vieira, Ferreira de Castro, Alves Redol, Branquinho da Fonseca, Augusto Abelaira, Bernardim Ribeiro, Bocage, Vergílio Ferreira — apresentam incidência intervalada entre 18,3% e 16,4%. Abaixo desse intervalo, o valor nominal — por inexpressivo — não foi apurado.

19. O item que mereceu testemunhos mais longos girou em torno das dificuldades que se antepõem ao desenvolvimento da estrutura programática. A falta de domínio literal do estudante, a insuficiência de recursos para manipulação de linguagem verbal — enfim, um embasamento deficiente dos mecanismos amplos da linguagem representa, para 40% dos professores, a intratável dificuldade no desenvolvimento dos programas. Diz o Prof. Joel Pontes tratar-se de “uma atrofia de cultura geral”, e a Prof.<sup>a</sup> Georgette de Castro caracteriza os alunos como “imatuross, muitos deles sem motivação para o estudo de Literatura”. De resto, essa situação é crônica, e conflagra o conjunto do curso de Letras. Mas 25% dos professores acham que o currículo universitário de suas unidades reserva pouco tempo para o estudo da disciplina, enquanto 10% apenas acham que a dificuldade reside, ou na falta de tempo integral para os professores, ou na insuficiência numérica do pessoal docente.

20. Todos porém concordam que a deficiência das bibliotecas institucionais e/ou mercado precário de livros de autores portugueses são os principais responsáveis por essas dificuldades tôdas. Nada menos do que 90% da população entrevistada apontou esse item como prioritário.

21. A ausência de cooperação intradepartamental e interdepartamental parece preocupar bastante a 30% dos professores entrevistados, enquanto um razoável percentil de 35% reputa o curso de Letras em estágio de desprestígio institucional: “Certo desinteresse geral da Universidade Brasileira em relação aos cursos de Letras, dando-se mais importância aos cursos tecnológicos. Por isso, as verbas nunca chegam para o estudo da Literatura” — afirma o Prof. Leodegário A. de Azevedo Filho. Já a Prof.<sup>a</sup> Maria de Lourdes Abreu de Oliveira — e com ela 20% do total — acha que os alunos “resistem” à matéria, como

afirma textualmente: “Os alunos já entram para o curso com uma certa antipatia pela matéria. Entre outras providências, talvez se se divulgasse mais a Moderna Literatura Portuguesa, essas resistências seriam debeladas”.

22. Note-se que o grupo entrevistado traduz importante definição de consciência profissional, quando se preocupa sistematicamente em oferecer depoimentos significativos a respeito do intercâmbio nacional em torno da Literatura Portuguesa. A tese uniforme é a seguinte: esse intercâmbio é totalmente deficiente, e subexiste à custa do relacionamento pessoal dos professores. Apóiam essa tese nada menos do que 70% dos entrevistados através do informe remetido. As posições, nessa faixa, radicalizam-se às vezes: “Se o intercâmbio nacional em torno da Literatura Portuguesa existe, o Rio Grande do Sul foi certamente esquecido” (Prof. Casado Gomes). “Feita a devida ressalva com relação à magnífica iniciativa do II Encontro, tenho a impressão de que o intercâmbio tem sido feito à base de contatos gerais e organizados, mais à base da iniciativa particular através de publicações em periódicos não especializados e através de contatos de professores, à base da amizade e da convivência profissional” (Prof. Leônidas Querubim Avelino). O Prof. Leodegário A. de Azevedo Filho oferece um testemunho importante, quando diz que “o que há é a troca de correspondência e de livros ou revistas entre professores amigos. No Rio de Janeiro, anualmente, a Sociedade Brasileira de Língua e Literatura promove um congresso nacional, reunindo professores de vários Estados da Federação. Mas é apenas uma iniciativa particular, sem qualquer apoio oficial”. O Prof. Hélio Simões adverte que, apesar daquilo que se tem tentado fazer, “é indiscutível que o estabelecimento de uma programação nacionalmente sistematizada levaria todo esse imenso esforço a resultados muito mais concretos e positivos”.

23. Repete-se: o débito que boa parcela dos professores lança à conta da representação oficial portuguesa deriva da comparação (justa) com o que fazem as embaixadas de outros países, dentre eles, a dos E.U.A., da França e da U.R.S.S. E ao fim e ao campo desses depoimentos, valeria repetir, com o Prof. Hélio Simões, que “os problemas do ensino superior da Literatura Portuguesa, no Brasil, assim como os da pesquisa nessa área, são de absoluta responsabilidade da Universidade Brasileira”. Este diagnóstico é uma tentativa de contribuir para a consciencialização dessa responsabilidade.